

# Governadores dão apoio a veto a reajustes de salário para servidores

Momento é de unidade nacional, diz governador de Mato Grosso do Sul; reunião por videoconferência foi conduzida pelo presidente Jair Bolsonaro; chefes do Legislativo também participaram do encontro

## BRÁSILIA

Em reunião por videoconferência com o presidente Jair Bolsonaro, os governadores manifestaram ontem, 21, apoio ao veto do trecho do projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional que deixa várias categorias do funcionalismo de fora do congelamento de salários de servidores públicos, proposto pelo governo federal.

Os presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), também participaram do encontro, ao lado de Bolsonaro e de ministros de Estado, a partir do Palácio do Planalto.

“É o momento da unidade nacional, [em] que todos nós estamos dando uma cota de sacrifício, é um momento ímpar na história do país, e a maioria dos governadores entende [ser] importante vetar esse artigo dos aumentos salariais”, disse o governador de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, em nome de todos os governadores. “Pedimos que sancione esse projeto porque é importante para manutenção das atividades dos entes federados, para poder socorrer principalmente aqueles assuntos relacionados à saúde”, afirmou Azambuja.



O presidente Jair Bolsonaro conduziu reunião por videoconferência com os governadores dos estados

## Rodrigo Maia e Alcolumbre participaram

O Projeto de Lei Complementar (PLC) 39/20, que foi aprovado no dia 6 de maio, garante auxílio financeiro de até R\$ 125 bilhões a estados, municípios e ao Distrito Federal para o combate ao novo coronavírus, e tem como contrapartida medidas de controle de gastos, como a suspensão do reajuste.

Além dos profissionais de saúde e segurança pública e das Forças Armadas, os parlamenta-

res excluíram do congelamento trabalhadores da educação pública, servidores de carreiras periciais, das Polícias Federal e Rodoviária Federal, guardas municipais, agentes socioeducativos, profissionais de limpeza urbana, de serviços funerários e de assistência social.

Azambuja citou estudos do Ministério da Economia segundo os quais os dois anos de congelamento de reajuste liberariam R\$

## MAIS

### Ajuda

Dos R\$ 125 bi, R\$ 60 bilhões irão aos entes federados, em quatro parcelas mensais, sendo R\$ 10 bilhões para o combate à Covid-19. Pelo projeto, além do repasse, estados e municípios terão R\$ 49 bilhões liberados por meio de suspensão e renegociação de dívidas com a União e bancos públicos, e mais R\$ 10,6 bilhões em renegociação de empréstimos com organismos internacionais com aval da União.

69 bilhões nas despesas dos estados com funcionalismo e R\$ 62 bilhões, nas dos municípios. “É impossível darmos qualquer aumento agora porque precisamos cuidar da população brasileira como um todo”, destacou o governador sul-matogrossense.

Bolsonaro anunciou que o PLC será sancionado em breve, após alguns ajustes técnicos, e que as progressões e promoções dos servidores continuarão ocorrendo normalmente. Apenas os reajus-

tes serão suspensos. O projeto aprovado também prevê a suspensão dos prazos de validade dos concursos públicos homologados até o dia 20 de março deste ano. Tal suspensão será mantida até o fim do estado de calamidade pública em vigor no país.

### Vetos

De acordo com o presidente, serão vetados quatro dispositivos, e ele pediu apoio para que esse vetos sejam mantidos pelo Congresso. “Enquanto se fala que os informais perderam muito, que os formais também, muitos perderam seus empregos ou tiveram salários reduzidos. Essa é a cota de sacrifício dos servidores, pela proposta que está aqui, de não ter reajuste até 31 de dezembro do ano que vem”, disse Bolsonaro.

Após a sanção, os parlamentares tem 30 dias para apreciar os vetos.

Os governadores do Espírito Santo, Renato Casagrande, e de São Paulo, João Dória, parabenizaram o presidente Bolsonaro pela condução da reunião e enfatizaram a necessidade de uma coordenação central da crise e de ações conjuntas entre todos os Poderes, nos três níveis da federação, para o combate à pandemia de covid-19, a preservação de vidas e proteção dos mais vulneráveis. ●

## Maia estuda 1º turno da eleição em novembro

Votação ocorreria no dia 15 de novembro ou 6 de dezembro; proposta ainda será analisada pelo Congresso Nacional neste primeiro semestre

O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ontem, 21, que o primeiro turno das eleições municipais deste ano poderá ser realizado no dia 15 de novembro ou 6 de dezembro. A proposta será analisada pelo Congresso Nacional, em comissão mista formada por deputados e senadores.

“Talvez o melhor modelo seja uma reunião do colégio de líderes das duas Casas para que se construa uma maioria em relação a adiar e para qual período. Você tem dois períodos discutidos, 15 de novembro ou primeiro domingo de dezembro, para o primeiro turno, e um [intervalo] para o segundo turno um pouco menos para dar tempo para a transição. Essas são as ideias”, afirmou Maia. “Mas temos que saber se vai ter voto para adiar ou não. A partir do momento que tiver voto para adiar, se discute uma data, tudo com sintonia com o TSE”, acrescentou.

Apesar do adiamento das eleições, o congressista tem se posicionado contra a prorrogação dos mandatos. A comissão mista está prevista para ser criada na próxima semana, logo após a posse do ministro Luís Roberto Barroso na presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

“Sou radicalmente contra prorrogação de mandato”, disse. “Não vejo na Constituição Federal um prazo para prorrogar mandato, porque no futuro alguém pode se sentir forte, ter apoio no Parlamento, criar uma crise e prorrogar seu próprio mandato. A questão de prorrogação do mandato acho que é muito sensível para a nossa democracia”, argumentou Rodrigo Maia.

### Prorrogação do auxílio

O parlamentar afirmou ainda que poderá ser prorrogado o auxílio emergencial pago a trabalhadores informais de baixa renda e a



Maia defende reunião do colégio de líderes para tratar do assunto

beneficiários do Bolsa Família em virtude da pandemia de Covid-19. O valor do auxílio é de R\$ 600 ou de R\$ 1,2 mil para mães solteiras, que deverá ser pago em três parcelas.

“A impressão é que sim [prorrogar]. Em que condições? Não podemos esquecer que o auxílio emergencial é fundamental. Se a crise continuar, ele será tão importante como está sendo agora. Mas de onde vamos conseguir tirar dinheiro? Esse é o nosso desafio. Já coloquei alguns parlamentares para estudar isso, para ter uma proposta que possamos fazer ao governo que possa, se necessário, continuar com o pro-

grama”, explicou.

Segundo Maia, uma das alternativas para a manutenção do auxílio emergencial seria, por exemplo, realocar recursos da União que atualmente estejam sendo aplicados em áreas não prioritárias para o momento de crise em saúde pública provocada pela pandemia do novo coronavírus.

“Que a gente encontre parte desses recursos na parte de gastos do governo que está mal alocada. Agora, temos que tomar o cuidado de não seguir criando despesas sem realocar recursos de outras despesas que nesse momento não são prioritárias”, afirmou. ●

## NOVAS MUDANÇAS NA VEICULAÇÃO

Caros leitores e anunciantes, o jornal O Estado está sempre atento às notícias e à missão de informar com qualidade e veracidade.

Diante da atual situação de combate ao COVID-19 no nosso país, e prezando pela segurança dos nossos colaboradores, foi necessário alterar os horários de expediente e o quadro de funcionários em regime de trabalho presencial na empresa. Por este motivo, o jornal O Estado passará por novas mudanças na veiculação do jornal impresso. O acesso às notícias em tempo real continuará sendo disponibilizado pelo site oestadoma.com, sempre mantendo você bem informado.

### TABELA DE VEICULAÇÃO

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB/DOM (Edição FDS)
X	impresso	X	impresso	X	impresso
online	online	online	online	online	online
X	pdf	pdf	pdf	pdf	pdf

X: Sem veiculação

Online: Conteúdo atualizado nas plataformas digitais

PDF: Página digitalizada disponível no site e aplicativo



### ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO  
Pregão Eletrônico (SRP) nº 23/2020  
Processo nº 9638/2020

Objeto: Aquisição de kits de amplificação, destinado às atividades operacionais do Laboratório Forense de Biologia Molecular do Fórum Des. Sarney Costa; Abertura: 04/06/2020, às 10:00 horas (horário de Brasília-DF); Local: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br); Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: [colocacao@tjma.jus.br](mailto:colocacao@tjma.jus.br); Fones: (98) 3261 6181 / 6194. São Luís, 21 de maio de 2020. André de Sousa Moreno – Pregoeiro TJMA.

OESTADOMA.COM.BR

**O ESTADO**  
Você conectado com a notícia.



Tribunal de Justiça do Maranhão  
Diário da Justiça Eletrônico

AVISOLIC-CLCONT - 262020  
( relativo ao Processo 96382020 )  
Código de validação: 96770B7A69

AVISO DE LICITAÇÃO  
Pregão Eletrônico (SRP) nº 23/2020  
Processo nº 9638/2020

Objeto: Aquisição de kits de amplificação, destinado às atividades operacionais do Laboratório Forense de Biologia Molecular do Fórum Des. Sarney Costa; Abertura: 04/06/2020, às 10:00 horas (horário de Brasília); Local: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br); Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: [colicitacao@tjma.jus.br](mailto:colicitacao@tjma.jus.br). Fones: 98 3261 6181 / 6194. São Luís, 21 de maio de 2020. André de Sousa Moreno – Pregoeiro TJMA.

ANDRE DE SOUSA MORENO  
Pregoeiro Oficial  
Coordenadoria de Licitação e Contratos  
Matrícula 106567

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 21/05/2020 09:31 (ANDRE DE SOUSA MORENO)

Informações de Publicação

90/2020	22/05/2020 às 12:23	25/05/2020
---------	---------------------	------------